

Setembro, 2016
BPC Policy Brief - V. 6 N. 3

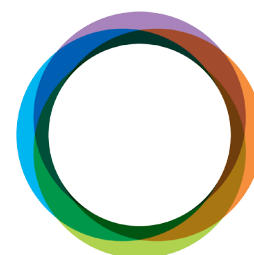
Quarterly Brief

Os BRICS e o Novo Banco de Desenvolvimento

Paulo Esteves, Geovana Zoccal Gomes e Gabriel Torres



BRICS Policy Center Centro de Estudos e Pesquisas - BRICS



PLATAFORMA
SOCIOAMBIENTAL

Sobre o BRICS Policy Center

O BRICS Policy Center é dedicado ao estudo dos países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e demais potências médias, e é administrado pelo Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI), em colaboração com o Instituto Pereira Passos (IPP).

Todos os briefs têm sua publicação condicionada a pareceres externos. As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do(a)s autor (a) (es) (as), não refletindo, necessariamente, a posição das instituições envolvidas.

BRICS Policy Center/Centro de Estudos e Pesquisas BRICS

Rua Dona Mariana, 63 - Botafogo - Rio de Janeiro/RJ
Telefone: (21) 2535-0447 / CEP/ZIP CODE: 22280-020
www.bricspolicycenter.org / bpc@bricspolicycenter.org

Equipe BPC

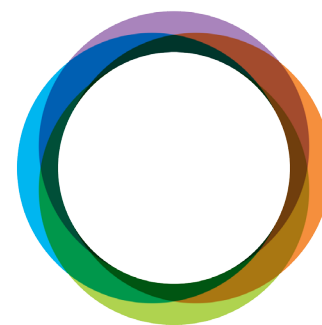
SUPERVISOR GERAL
Paulo Esteves

COORDENADORA ADMINISTRATIVA
Lia Frota e Lopes

ASSISTENTE ADMINISTRATIVA
Bruna Risieri

ANALISTA DE PROJETOS
Felippe De Rosa

ANALISTA DE COMUNICAÇÃO
Vinicius Kede



PLATAFORMA
SOCIOAMBIENTAL

Plataforma Socioambiental

COORDENADOR
Paulo Esteves

PESQUISADORES
Maureen Santos
Alice Amorim
Ana Toni
Geovana Zoccal Gomes
Sérgio Veloso dos Santos Júnior
Beatriz Mattos
Júlia Rosa
Gabriel Torres
Fernanda Lacerda
Francisco Veras

BPC Policy Brief. V. 6. N. 03 - agosto - setembro/2016.
Rio de Janeiro. PUC. BRICS Policy Center
IISSN: 2318-1818

18p ; 29,7 cm

1. Novo Banco de Desenvolvimento; 2. BRICS;
3. Banco Multilateral de Desenvolvimento; 4. Política Socioambiental; 5. Sustentabilidade.

Lista de Acrônimos

AAAA	Agenda de Ação de Addis Abeba Addis Abeba Action Plan
AOD	Assistência Oficial ao Desenvolvimento Official Development Assistance
BAD	Banco Asiático de Desenvolvimento Asian Development Bank
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento African Development Bank
BAII	Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura Asian Infrastructure Investment Bank
BCIE	Banco Centroamericano de Integração Econômica Central American Bank for Economic Integration
BEI	Banco Europeu de Investimento European Investment Bank
BERD	Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento European Bank for Reconstruction and Development
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento Inter-American Development Bank
BIsD	Banco Islâmico de Desenvolvimento Islamic Development Bank
BM	Banco Mundial World Bank
BMD	Bancos Multilaterais de Desenvolvimento Multilateral Development Banks
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Brazilian Development Bank
BOAD	Banco de Desenvolvimento da África Ocidental West Africa Development Bank (Banque Ouest Africaine de Développement)
BRICS	Brasil, Rússia Índia, China e África do Sul Brazil, Russia, India, China and South Africa
CAF	Banco de Desenvolvimento da América Latina Development Bank of Latin America (formerly known as Corporación Andina de Fomento)

CALS	Centro de Estudos Jurídicos Aplicados (África do Sul) Centre for Applied Legal Studies (South África)
CDB	Banco de Desenvolvimento da China China Development Bank
CO2eq	Equivalente a CO2 CO2 Equivalent
DBSA	Banco de Desenvolvimento da África Austral Development Bank of Southern Africa
EADB	Banco de Desenvolvimento Africano Oriental East African Development Bank
G-20	Grupo dos 20 Group of 20
GEE	Gases de efeito estufa Greenhouse gases
IDA	Associação Internacional de Desenvolvimento International Development Association
IFI	Instituições Financeiras Internacionais International Financial Institutions
LMICs	Países de renda média-baixa Low-middle income countries
NBD	Novo Banco de Desenvolvimento New Development Bank
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Sustainable Development Goals
ONU	Organização das Nações Unidas United Nations
PTA	Banco de Comércio e Desenvolvimento da África Oriental e Austral Eastern and Southern African Trade and Development Bank, or the Preferential Trade Area Bank
VEB	Vnesheconombank - Banco para o Desenvolvimento e assuntos econômicos Internacionais Russo Vnesheconombank - Bank for Development and Foreign Economic Affairs



Sumário

Introdução	7
Os BRICS e o Novo Banco de Desenvolvimento	8
Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento	9
O Novo Banco de Desenvolvimento	12
Referências Bibliográficas	15



Sumário Executivo

A criação do novo banco de desenvolvimento foi uma resposta à paralisação do processo de reforma das Instituições Financeiras Internacionais e, ao mesmo tempo, a expressão do adensamento das relações de cooperação intra-BRICS. A instituição foi criada em um momento em que os bancos multilaterais de desenvolvimento ganham relevância em razão (i) da ausência de condicionalidades; (ii) agilidade na realização de operações de crédito, e (iii) no financiamento da infraestrutura dos países de renda média. Apesar do sucesso do lançamento do NBD, o processo de aprovação dos primeiros projetos e a divulgação das políticas socioambientais lançaram sombra de dúvida sobre o conceito de sustentabilidade que orienta as ações do banco e sobre suas políticas no que concerne transparência e accountability. Esse *Quarterly Brief* discute o processo de criação do NBD, seu significado para o financiamento do desenvolvimento e, finalmente seus efeitos.

Palavras-chave

Novo Banco de Desenvolvimento; BRICS; Banco Multilateral de Desenvolvimento; Política Socioambiental; Sustentabilidade.

Os BRICS e o Novo Banco de Desenvolvimento

Paulo Esteves, Geovana Zoccal e Gabriel Torres

1. Introdução

Desde 2011, Nicholas Stern e Joseph Stiglitz (2011) apontavam, às margens das reuniões do G-20 e da Cúpula dos BRICS em Sanya, para a possibilidade de criação de um banco de desenvolvimento para financiar projetos de infraestrutura que tivessem como acionistas iniciais países em desenvolvimento (de Renzio, Gomes & Assunção, 2013). O tema compôs ainda a agenda do G-20 em sucessivas cúpulas: Rússia (2013), Austrália (2014) e Turquia (2015). No interior do agrupamento BRICS, a proposta de criação de um novo banco de desenvolvimento foi inicialmente lançada no [Plano de Ação de Nova Deli](#), no âmbito da IV Cúpula do BRICS realizada em 2012. A proposta respondia à paralisação do processo de reforma das Instituições Financeiras Internacionais e, ao mesmo tempo, à escassez de recursos para o financiamento da infraestrutura em países em desenvolvimento. A criação do banco de desenvolvimento foi o centro das discussões da Cúpula seguinte, realizada em Durban, onde foram debatidas as [prioridades do Banco e as contribuições de cada membro fundador](#). O banco foi efetivamente criado na VI Cúpula do BRICS em 2014, em Fortaleza, Brasil. Representantes dos cinco governos do bloco assinaram o [Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento](#) – cuja entrada em vigor seria anunciada durante a [VII Cúpula, em Julho de 2015, em Ufa, Rússia](#), marcando o início das operações do Banco (Schablitzki, 2014).

A sede do Banco foi estabelecida em Shanghai - China, e foi anunciado que o primeiro escritório será criado em Johannesburgo - África do Sul. Em janeiro de 2016 os cinco membros fundadores aportaram a primeira parcela, no valor de US\$750 milhões, ao capital social do Banco. Assim, em fevereiro de 2016 o Banco entrou em funcionamento pleno. Vale mencionar que, segundo o Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento, o capital social total da primeira fase de incorporação do NBD somará US\$ 10 bilhões, pagos em sete parcelas, em sistema de cotas iguais entre os membros do grupo. Além dos aportes nacionais, foram emitidos “títulos verdes” no valor de 3 bilhões de *yuan*s (em moeda local chinesa)¹. Finalmente, desde seu lançamento o NBD já assinou acordos de cooperação com diversos bancos de desenvolvimento - BNDES, VEB, Índia Eximbank, CDB, DBSA e, recentemente, com Grupo do Banco Mundial². Contudo, o passo de maior impacto foi o anúncio, em abril último, do primeiro conjunto de projetos, no valor de US\$ 911 milhões, a ser financiado pelo banco. Esse *Quarterly Brief* discute o processo de criação do NBD, seu significado para o financiamento do desenvolvimento e, finalmente seus efeitos. Passado um ano desde sua implementação, o NBD já aprovou sete projetos e, em agosto desse ano, publicou o conjunto de políticas socioambientais. Contudo, ainda segue sendo alvo de críticas da sociedade civil, que clama por transparência e processo mais inclusivos.

(1) Títulos verdes, green bonds em inglês, são um tipo de títulos isentos de impostos emitidos para projetos com impacto ambiental positivo, incluindo os que buscam promover eficiência energética e prevenção de poluição. Para mais ver: Sputnik (2016) e Cebds (2016).

(2) Mesmo que a iniciativa dos países BRICS em estabelecer um banco de desenvolvimento que atenda às necessidades específicas de investimentos dos países do sul tenha se posicionado inicialmente como uma alternativa às instituições financeiras internacionais estabelecidas em Bretton Woods, o Memorando de Entendimento entre o Novo Banco de Desenvolvimento e Banco Mundial, assinado em 9 de setembro de 2016, indica zonas de cooperação entre as duas instituições. O acordo aponta para áreas de interesses comuns e a possibilidade de co-financiar projetos. Para mais detalhes sobre o MoU, acesse: <http://ndb.int/World-Bank-Group-New-Development-Bank-Lay-Groundwork-for-Cooperation.php#parentHorizontalTab2>.

2. Os BRICS e o Novo Banco de Desenvolvimento

Em 2006, à margem da Assembleia-Geral da ONU, teve lugar a primeira reunião informal de chanceleres dos países BRIC. A reunião repetiu-se regularmente até que, em 2008, os chanceleres se reuniram em [Ecatimburgo](#) e, a partir de iniciativa da presidência Russa, foi realizada [a primeira cúpula do grupo BRIC](#), naquela cidade, em 2009. Os dois encontros ocorriam sob a sombra da crise financeira e da intervenção militar Russa na Geórgia, que tiveram lugar em 2008. Nesse contexto, tais encontros terminaram por enfatizar a necessidade de ajuste das instituições internacionais a uma, alegada, nova distribuição de poder no sistema internacional. De fato, enquanto o comunicado dos Ministros das Relações Exteriores falava em um “sistema internacional mais democrático fundado no direito internacional e na diplomacia multilateral” (BRICs Foreign Affairs Ministers’ Meeting, 2008), a declaração conjunta dos chefes de Estado enfatizava a necessidade de uma “ordem global multipolar mais democrática e justa baseada no direito internacional, na igualdade, respeito mútuo, cooperação, ação coordenada e tomada de decisão coletiva de todos os Estados” (Joint Statement of the BRIC Countries Leaders, 2009). No momento de sua criação o grupo BRIC se apresentava, assim, como um mecanismo de coordenação que afirmava a necessidade de reconhecimento do fim do período unipolar e da emergência de um sistema multipolar. Em 2011, com a adesão da África do Sul como membro integral, o agrupamento passou a se chamar BRICS.

A partir dessa premissa, o grupo apresentava uma agenda reformista em torno de duas questões centrais: o fortalecimento do G-20 como instrumento de governança global e, sobretudo, a reforma das Instituições Financeiras Internacionais. Ao lado das demandas reformistas, contudo, o grupo se apresentava também como uma plataforma para cooperação inter-governamental. O processo de criação do banco de desenvolvimento dos BRICS, ou Novo Banco de desenvolvimento é produto da interseção dessas duas dimensões: coordenação e cooperação. De fato, o insucesso das iniciativas do grupo BRICS para a reforma das IFI’s, e o fortalecimento dos canais de cooperação inter-governamental terminaram por criar as condições para que, na [cúpula de Nova Delhi \(2012\)](#) fosse anunciada a criação do banco multilateral de desenvolvimento:

o insucesso das iniciativas para a reforma das IFI’s, e o fortalecimento da cooperação entre os BRICS criaram as condições para o lançamento do NBD

Consideramos a possibilidade de estabelecimento de um novo Banco de Desenvolvimento voltado para a mobilização de recursos para projetos de infra-estrutura e de desenvolvimento sustentável (Declaração de Nova Delhi, §13).

Após a cúpula de Delhi, o processo de negociação dos termos do acordo que criaria o Banco levou ainda dois anos para que fosse concluído. No ano seguinte, a reunião de [cúpula de Durban](#) reiterou o compromisso do grupo com a iniciativa e afirmou o lugar do banco entre os mecanismos de financiamento do desenvolvimento ao apontar a falta de instrumentos para o financiamento da infraestrutura em países em desenvolvimento:

Gostaríamos de ver um esforço global concentrado com vistas ao financiamento de infraestrutura (declaração de Durban §14).

Tal espaço seria ocupado, entre outros, pelo Novo Banco de Desenvolvimento cujo [acordo](#) foi assinado na [cúpula de Fortaleza](#). O banco foi anunciado, assim, como uma iniciativa que

deverá mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos países do BRICS e em outros países em desenvolvimento, em complementação aos esforços existentes de instituições financeiras multilaterais e regionais para o crescimento global e o desenvolvimento (Acordo, Artigo 1).

A estrutura e os mecanismos de tomada de decisão do novo banco contrastam com aqueles adotados pelo Banco Mundial. De fato, o NBD adotou uma estrutura de cotas que garante, em primeiro lugar, o controle da instituição pelos membros do grupo; e, em segundo lugar a isonomia entre os membros no processo de tomada de decisão. A criação do NBD também carrega consigo a promessa de simplificação dos procedimentos para aprovação das operações de crédito, para projetos de desenvolvimento na área de infraestrutura. De acordo com Leslie Maasdorp, economista sul-africano que integra a vice-presidência do NBD, o primeiro aspecto do banco é tentar “ser mais ligeiro, aumentar a velocidade de execução, ser mais ágil e usar recursos organizacionais para oferecer uma infraestrutura corporativa mais eficaz” (Santos, 2016).

3. Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento

A criação de instituições financeiras internacionais com o objetivo de prover linhas de crédito para o financiamento de projetos de desenvolvimento, os chamados Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs), não é um fenômeno novo, mesmo entre países em desenvolvimento. Desde a criação do Banco Mundial em 1948, foram lançadas 13 dessas instituições³, a grande maioria delas com caráter regional reunindo, no mais das vezes, países em desenvolvimento. Apesar de criados por Estados soberanos, os BMDs buscam no mercado financeiro a maioria dos recursos para financiamento de suas operações de crédito. Apenas três Bancos têm classificação de crédito inferior a “A”, o que, por um lado demonstra sua adequação aos padrões do mercado financeiro e, por outro, justifica os baixos custos de captação que viabilizam suas operações. A tabela 1 apresenta o conjunto de BMDs criados desde 1948:

Tabela 1: Os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (após 1948)

Banco	Fundação (ano)	Sede (cidade)	Mandatos	Rating	Instrumentos
Banco Europeu de Investimento (BEI)	1958	Luxemburgo, Luxemburgo	“Contribuir para o desenvolvimento do mercado interno da União Europeia”	AAA	Empréstimos, Garantias, Patrimônio Líquido
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	1959	Washington, EUA	“Promover o desenvolvimento econômico e social de estados-membro em desenvolvimento, individualmente e coletivamente”	AAA	Subvenções, Empréstimos, Assistência técnica, Garantias, Patrimônio Líquido
Banco Centroamericano de Integração Econômica (BCIE)	1960	Tegucigalpa, Honduras	“Promover a integração econômica e o desenvolvimento econômico e social balanceado em estados-membro”	A	Empréstimos, Linhas de crédito, Assistência técnica, Garantias, Patrimônio Líquido
Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD)	1963	Abidjan, Costa do Marfim	“Promover o crescimento econômico sustentável e reduzir a pobreza na África”	AAA	Subvenções, Empréstimos, Linhas de crédito, Assistência técnica, Patrimônio Líquido
Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD)	1966	Manila, Filipinas	“Erradicar a pobreza na região Ásia- Pacífico”	AAA	Subvenções, Empréstimos, Assistência técnica, Garantias, Patrimônio Líquido
Banco de Desenvolvimento Africano Oriental (EADB, da sigla em inglês)	1967	Kampala, Uganda	“Promover o desenvolvimento sócio-econômico sustentável no Leste da África”	BB	Empréstimos e Patrimônio Líquido

(3) Não consideramos aqui a criação da International Development Association (IDA), no âmbito do Banco Mundial em 1960.

Os BRICS e o Novo Banco de Desenvolvimento

Banco	Fundação (ano)	Sede (cidade)	Mandatos	Rating	Instrumentos
Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF)	1970	Caracas, Venezuela	“Promover o desenvolvimento sustentável e a integração regional”	AA-	Empréstimos, Linhas de crédito, Assistência técnica, Garantias, Patrimônio Líquido
Banco de Desenvolvimento da África Ocidental (BOAD, da sigla em francês)	1973	Lomé, Togo	“Promover o desenvolvimento econômico em estados-membro e a integração econômica na África Ocidental”	BBB	Empréstimos e Patrimônio Líquido
Banco Islâmico de Desenvolvimento (BIsD)	1975	Jeddah, Arábia Saudita	“Promover o desenvolvimento econômico e o progresso social em países membro e comunidades Muçulmanas, individualmente e em conjunto, de acordo com os princípios da Sharia”	AAA	Empréstimos, Linhas de crédito, Assistência técnica, Patrimônio Líquido
Banco de Comércio e Desenvolvimento da África Oriental e Austral (PTA)	1985	Bujumbura, Burundi	“Financiar e promover o comércio, o desenvolvimento sócio-econômico e a integração econômica regional entre Estados-membro”	BB	Empréstimo, Linhas de crédito, Garantias
Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD)	1991	Londres, Reino Unido	“Promover a transição em direção a economias abertas de mercado e iniciativas privadas e empreendedoras em países da Europa Central e Oriental comprometidos com os princípios da democracia multipartidária, pluralismo e da economia de mercado”	AAA	Empréstimos, Garantias, Patrimônio Líquido
Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAIL)	2015	Pequim, China			
Novo Banco de Desenvolvimento (NBD)	2015	Xangai, China			

Fonte: Adaptação de Faure, Prizzon & Rogerson, 2015

Comparados a instituições tradicionais como o Banco Mundial ou Banco Interamericano de Desenvolvimento, os novos BMDs, apresentam pelo menos três diferenças significativas que ajudam a explicar seu potencial impacto que no financiamento do desenvolvimento. Em primeiro lugar, ainda que seu crédito seja muitas vezes mais oneroso, os novos BMDs oferecem alternativas que, em geral, não supõem condicionalidades (Faure, Prizzon & Rogerson, 2015). A imposição de condicionalidades tem feito com que países de renda média que poderiam ter acesso a empréstimos concessionais de instituições financeiras tradicionais ou agências bilaterais prefiram outras formas de financiamento como empréstimos de agências de crédito à exportação, mercado de títulos soberanos, e os novos BMDs (Humphrey et al, 2015).

Em segundo lugar, os novos bancos multilaterais de desenvolvimento buscam diminuir o tempo de aprovação das operações de crédito, chegando a concluí-las em metade do tempo despendido por agências bilaterais, bancos nacionais ou até mesmo o Banco Mundial. Como perceberam Faure, Prizzon & Rogerson (2015),

a maioria dos governos de países em desenvolvimento expressa preferência clara por projetos negociados e implementados com rapidez. Bancos multilaterais e regionais frequentemente são alvo de críticas por atrasos na negociação e implementação de projetos. Relatórios indicam um lapso de um a dez anos, ou entre 12 e 16 meses, no Banco Mundial. O período de espera pode ser de entre sete e dez meses no BID, e de entre três e seis meses na CAF (embora esse período possa ser reduzido para 1,5 mês se urgente). Entretanto, não há dados disponíveis sobre o tempo decorrido entre o início das negociações do projeto e o primeiro desembolso de fundos (Faure, Prizzon & Rogerson, 2015, p. 2)

Leslie Maasdorp, do NBD, e Lou Jiwei, Ministro das Finanças da China, pontuaram que tanto o Novo Banco de Desenvolvimento como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura buscam agilidade nos procedimentos, se comparados com outros BMDs (Santos, 2016 Shengdun, 2015). Ao comentar sobre o BAII, Jiwei indica que

Em muitas organizações internacionais frequentemente a demora é de mais de três ou cinco anos para um projeto ser lançado, o que devemos evitar (...). O BAII deve simplificar a complicada estrutura de governança que muitas organizações internacionais estão usando (Shengdun, 2015).

Em terceiro lugar, como aludido acima, os novos BMDs apresentam uma resposta aos gargalos de financiamento dos países de renda-média. Essa é uma área de atuação na qual os novos BMDs podem adquirir grande relevância, particularmente em relação aos chamados países de renda média-baixa (low middle income countries, LMICs). Esses países enfrentam um déficit estrutural de financiamento, denominado por alguns autores de “missing middle”. De fato, ao serem graduados, os países de renda média-baixa têm menos acesso aos fluxos de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) e mesmo às linhas de financiamento não-concessionais das instituições financeiras tradicionais. Ao mesmo tempo, não são capazes de gerar recursos suficientes para financiamento de seu próprio desenvolvimento. Dessa forma, usualmente, países de renda média-baixa têm que recorrer a empréstimos do mercado privado que implicam em custos financeiros muito elevados (Kharas, Prizzon & Rogerson, 2014) e, no limite, a um processo de endividamento. As limitações das instituições financeiras tradicionais quanto ao financiamento dos países de renda média representam, assim, uma lacuna que pode ser preenchida pelos novos BMDs.

os novos BMDs buscam diminuir o tempo de aprovação das operações de crédito, chegando a concluí-las em metade do tempo despendido por outras instituições.

Em termos de financiamento do desenvolvimento o papel atribuído aos BMDs é cada vez mais significativo. A [Agenda de Ação de Addis Abeba \(AAAA\)](#) recomenda que os BMDs multipliquem a assistência técnica e financeira para que possam contribuir significativamente com a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs). De acordo com a AAAA, os Bancos de Desenvolvimento devem atualizar e desenvolver suas políticas em apoio a agenda de desenvolvimento pós-2015.

Os ODSs são mais amplos e mais ambiciosos [do que os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio], abarcando áreas em que os BMDs tem extensa experiência: infraestrutura e energia, governança e instituições, mobilização de recursos domésticos, influência com o setor privado, e ambiente empresarial melhorado, e mais. Agora existe um alto grau de sobreposição entre os ODSs e a agenda perseguida pelos Bancos Multilaterais e o Grupo do Banco Mundial (Kharas, 2015, p. 6).

Especialistas reconhecem diversas vantagens comparativas dos BMDs sobre doadores bilaterais. De acordo com Humphrey et al (2015), os BMDs são melhores em prover informações e monitorar o uso dos fundos, as negociações entre os países beneficiários e as agências multilaterais tendem a ser menos politizadas do que com doadores bilaterais. Ademais, os BMDs teriam uma perspectiva de mais longo prazo para o desenvolvimento, tendendo a utilizar sistemas nacionais e oferecendo confiança quanto a financiamentos futuros. É nesse contexto que se dá o lançamento do Novo Banco de Desenvolvimento, como se verá a seguir.

4. O Novo Banco de Desenvolvimento

Segundo Leslie Maasdorp (Santos, 2016), entre os principais diferenciais do banco encontra-se sua capacidade de oferecer financiamento ágil, reduzindo para cerca de seis meses a duração média do processo de aprovação de empréstimos, com foco em projetos públicos e privados em áreas prioritárias: “O Banco mobilizará recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos BRICS e outras economias emergentes e países em desenvolvimento” (New Development Bank, 2016). Descrito como “verde” (Ogier, 2016), o Banco também busca constituir uma plataforma para compartilhamento de práticas e conhecimento nas áreas de infraestrutura e desenvolvimento sustentável entre países em desenvolvimento (PTI, 2016).

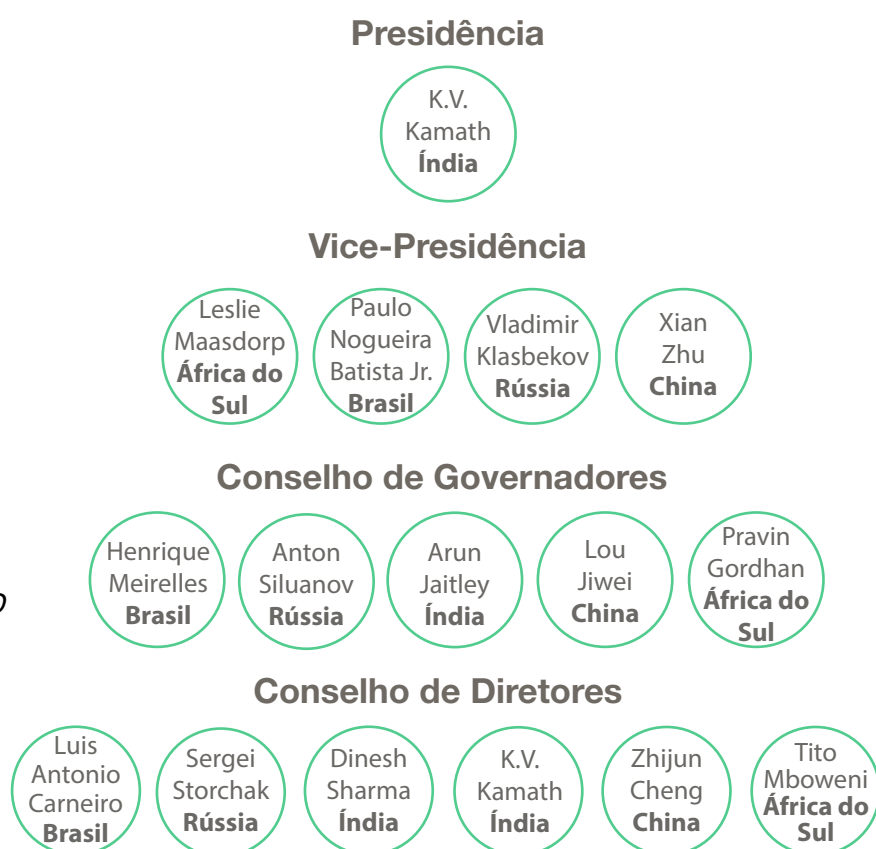
Em sua estrutura, o Banco busca garantir isonomia entre os países membros. Com sede em Shanghai - China, o NBD é gerido por um Conselho de Diretores e um Conselho de Governadores, ambos compostos por cinco assentos, cada qual ocupado por um país fundador. Atualmente a cargo do indiano Kundapur Vaman Kamath, a presidência do Banco é rotativa, sendo periodicamente ocupada pelo representante de um dos membros dos BRICS, enquanto aos demais compete a nomeação dos quatro vice-presidentes.

O banco foi criado com capital autorizado de US\$ 100 bilhões e capital inicial de US\$ 50 bilhões, com contribuições distribuídas igualmente entre os cinco membros fundadores (US\$ 10 bilhões cada), pagas em sete parcelas. Embora o documento fundador indique intenção de conceder empréstimos e permitir a compra de ações por demais países, 55% das ações devem ser controladas pelos países BRICS, e outros 25% serão alocados a países emergentes, confirmando a orientação do banco em direção às necessidades de países em desenvolvimento (Santos, 2016).

Em Julho de 2016, o banco distinguiu-se como a primeira instituição financeira internacional a emitir “títulos verdes”, na China, direcionando os recursos a projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável (em acordo, ainda, com princípios orientadores promulgados pelo Banco Popular da China em Dezembro de 2015) (Yiyao, 2016). A primeira leva de títulos foi emitida em moeda local chinesa, no valor de 3 bilhões de yuan – embora o banco declare intenção de repetir o modelo na Rússia, Índia e África do Sul. Segundo Maasdorp, a China foi escolhida como recipiente inaugural dos títulos por constituir o “terceiro maior mercado de títulos global” do mundo, com ampla liquidez e com demanda expressiva de investidores por instrumentos financeiros verdes e denominados em moeda local, com risco cambial reduzido (Yiyao, 2016).

o banco distinguiu-se como a primeira IFI a emitir “títulos verdes”, na China, direcionando os recursos a projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável

Figura 1: Organograma atual do NBD
 Fonte: Elaboração própria, com no site do NBD
 (<http://ndb.int/leadership.php>)



Os BRICS e o Novo Banco de Desenvolvimento

Em sua criação, o Banco declarou a intenção de desenvolver mecanismos para monitorar e minimizar os impactos de projetos financiados sobre o meio ambiente e comunidades locais. Contudo, vale mencionar que os primeiros empréstimos foram aprovados antes da divulgação das políticas socioambientais do Banco, o que suscitou inúmeras críticas de diversas organizações da sociedade civil (Borges, Quek & Roza, 2016; Borges & Waisbich, 2014; Borges, Krishnaswam & Roza, 2016; Cals, Conectas & Vashuda Foundation, 2015).

De fato, em abril deste ano o NBD anunciou seu primeiro pacote de empréstimos com maturidade de 12 a 20 anos para projetos de infraestrutura e energia renovável, com potencial de reduzir emissões anuais de gases de efeito estufa (GEE) em quatro milhões de toneladas de CO₂eq (Patranobis, 2016). O pacote totaliza US\$ 811 milhões a serem repassados para bancos nacionais no Brasil, Índia, China e África do Sul. Poucos meses depois, em julho de 2016, a Rússia recebeu seu primeiro empréstimo para projetos de energia renovável, no valor de US\$ 100 milhões.

Tabela 2: Primeiros projetos financiados pelo NBD

País	Descrição do Projeto/ Potencial de geração de energia	Valor do empréstimo	Banco Intermediário	Data de Aprovação
Brasil	Infraestrutura para energia solar e eólica (600 megawatts)	US\$ 300 milhões	BNDES	16/04/2016
Rússia	Construção de hidrelétricas (50 megawatts)	US\$ 50 milhões	Banco Eurasiático de Desenvolvimento	20/07/2016
		US\$ 50 milhões	International Investment Bank	
Índia	Energia renovável (500 megawatts)	US\$ 250 milhões	Canara Bank	16/04/2016
	Revitalização de rodovias	US\$ 350 milhões	Empréstimo soberano ¹	23/11/2016
China	Produção de painéis solares (100 megawatts)	US\$ 81 milhões	Shangai Lingang Hongbo New Energy Development Company	16/04/2016
	Energia eólica e solar (250 megawatts)	US\$ 290 milhões	Empréstimo Soberano ²	23/11/2016
África do Sul	Infraestrutura para energia renovável (500 megawatts)	US\$ 180 milhões	ESKOM Holdings SOC Ltd.	16/04/2016

Fonte: Elaboração própria, com base em Mattos & Rosa, 2016

(1) Empréstimo concedido diretamente ao Governo da Índia

(2) Empréstimo concedido diretamente ao Governo da República Popular da China

Embora os artigos 14 e 15 de seu acordo fundador afirmem o compromisso do NBD com a transparência de suas atividades e com a divulgação de documentos e relatórios periódicos, até a data de publicação desse *Quarterly Brief* poucas informações foram divulgadas acerca dos sete projetos aprovados, sem detalhes sobre seus impactos socioambientais: No caso brasileiro, foram repassados ao BNDES US\$ 300 milhões para construção de linhas de transmissão de energia e infraestrutura para energia solar e eólica, com potencial de geração de 600 megawatts. No caso indiano, o valor concedido para o primeiro projeto foi de US\$ 250 milhões, repassados ao Canara Bank, para geração de 500 megawatts de energia renovável. Para o segundo projeto, o valor concedido foi de US\$ 350 milhões diretamente ao governo da Índia, para a revitalização de rodovias. Ao Eskom sul-africano, maior geradora de energia do país, foram repassados US\$ 180 milhões, também para infraestrutura de energia

renovável (capacidade de geração de 500 megawatts) e linhas de transmissão. Já para a China, o NBD concedeu US\$ 81 milhões à Shanghai Lingang Hongbo New Energy Development Co para a produção de painéis solares com capacidade de geração de 100 megawatts, e também US\$ 290 milhões diretamente ao governo chinês com potencial de geração de 250 megawatts através de energia eólica e solar. Finalmente, no caso russo, US\$ 100 milhões foram divididos entre o Banco de Desenvolvimento Eurasiático e o International Investment Bank, destinados à construção de hidrelétricas na República da Carélia com potencial de geração de 50 megawatts de energia no total (Mattos & Rosa, 2016).

Dessa forma, a ausência de informações acessíveis acerca dos projetos financiados e, principalmente, a pouca especificidade das políticas socioambientais adotadas pelo banco para a identificação e controle dos riscos gerados por projetos suscitou grande volume de críticas de organizações da sociedade civil. Desde Julho de 2015, ONGs ambientais e de direitos humanos como Greenpeace, Conectas (Brasil), Fundação Vashuda (Índia) e CALS (África do Sul) direcionam cartas à presidência do banco recomendando a adoção de políticas consistentes com melhores práticas internacionais, visando a integração de avaliações socioambientais no processo de aprovação e implementação de projetos. Pode-se observar, na tabela abaixo, algumas das principais cartas com recomendações ou críticas da sociedade civil endereçadas ao Novo Banco de Desenvolvimento.

a ausência de informações acerca dos projetos e das políticas socioambientais suscitou críticas de organizações da sociedade civil

Tabela 3: Críticas e sugestões da sociedade civil ao NBD

Data	Pontos principais / ONGs assinantes
Julho, 2015	<p>Recomendação de quatro princípios para que o NBD evite replicar “modelo insustentável” de desenvolvimento:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Promover desenvolvimento para todos 2. Ser transparente e democrático 3. Fixar regras robustas e garantir que sejam respeitadas 4. Promover o desenvolvimento sustentável <p>“Se a lei doméstica de um país onde os investimentos são realizados for diferente das políticas do NBD, o padrão aplicável deve ser aquele que ofereça o mais alto nível de proteção ambiental e para as comunidades”</p>
	<p>Conectas; Friends of the Siberian Forests; CALS; Ecoa; CUTS International + 50¹;</p>
30 de Novembro, 2015	<p>Demanda pelo “desenvolvimento de mecanismo para garantir a comunicação transparente com o público e o engajamento significativo com a sociedade civil, especialmente comunidades impactadas por atividades financiadas pelo NBD”</p>
	<p>CALS; Conectas; Vasudha Foundation; Russian Social Ecological Union + 20²</p>

(1) Conectas; Friends of the Siberian Forests; CALS; Ecoa; CUTS International; OT Watch; FENRAD; Jamaa Resource Initiatives; ActionAid; Rivers without Boundaries; Vasudha Foundation; Global Initiative for Economic, Social and Cultural Rights; GNGG; Dhesca; Friends of the Earth US; FOCONE; Asociación Ambiente y Sociedad; Foro Ciudadano de Participación por la Justicia y los Derechos Humanos; Iepé; Social Justice Connection; COCAHICH; Fundar; ADEV; CIVICUS; People’s Front Against IFIs; FAOR; MOCICC; International Rivers; FUNDEPS; Otros Mundos; HDCCSU; SMUG; AIDA; RCA; REMA; Lumière Synergie pour le Développement; DAR; Centro Terra Viva; INSAF; Inclusive Development International; Fundación Ambiente y Recursos Naturales; FIAN; Accountability Council; JUSTICIA ASBL; AJFPEF; Forest Peoples Programme; ANND; International Accountability Project; Southern African Faith Communities’ Environment Institute; ONG HADASSA; Institute for Economic Research on Innovation; Amnesty International; PPWU; REBRIP. Total: 55 organizações.

(2) CALS; Conectas; Vasudha Foundation; Russian Social Ecological Union; Asia Indigenous Peoples Pact; Zo Indigenous Forum; FENRAD; Plotina; Naga Peoples Movement for Human Rights; OT Watch; REBRIP; Ecoa; SAFCEI; BPHRO; BITPDC; IWED; Rivers Without Boundaries International Coalition; Indigenous Perspectives; CRAM; SERSI; Lumière Synergie pour le Développement; FARN; CBS; RECODH. Total: 24 organizações.

Data	Pontos principais / ONGs assinantes
12 de Abril, 2016	<p>“Como grupos da sociedade civil, estamos definitivamente preocupados, pois até agora não temos ideia alguma sobre quais são as políticas e critérios do Banco para seleção de projetos. (...) Esperamos que o NBD opere de forma mais transparente e inclusiva” Srinivas Krishnaswamy, Vasudha Foundation</p> <p>“Se o NBD quer desenvolver uma nova abordagem à avaliação de impactos sociais e ambientais, deve fazê-lo aprendendo com a experiência de outros bancos multilaterais e ouvindo diferentes perspectivas” Caio Borges, Conectas</p>
21 de Julho, 2016	<p>“Enquanto o staff do NBD declara que uma política socioambiental exista, ela não foi divulgada, e a sociedade civil não foi consultada em seu desenvolvimento” Vladimir Chuprov, Greenpeace Russia</p> <p>“Como instituição pública que opera com fundos públicos, o NBD precisa estar aberto às vozes da sociedade civil e seguir os mais altos padrões de accountability social” Caio Borges, Conectas</p> <p>Conectas; Greenpeace East Asia; FUNDEPS/Coalition for Human Rights in Development</p>

Fonte: Elaboração própria.

Com mais de 20 anos passados da criação de um Banco Multilateral de Desenvolvimento, no momento da constituição do NBD muitas organizações da sociedade civil concordavam com a necessidade de repensar o desenvolvimento (Conectas et al, 2015). Assim, a criação de uma instituição alternativa, que atendesse de maneira mais específica às demandas de países em desenvolvimento, era considerada como um movimento positivo. Contudo, passado um ano desde a implementação do NBD, a falta de participação da sociedade civil reduziu o otimismo (Conectas, 2016). À margem do primeiro encontro anual do NBD, realizado em Shanghai em julho deste ano, representante da Conectas ressaltou que

A efetiva participação das partes interessadas é um dos princípios básicos de qualquer projeto de desenvolvimento que respeite os direitos humanos. Ademais, não podemos esquecer que essas iniciativas são pagas com fundos públicos dos países BRICS e, assim, o banco tem o dever de cumprir os padrões mais altos de prestação de contas (Conectas, 2016).

Assim, permanecem as demandas por maior transparência e participação da sociedade civil, de maneira inclusiva. Organizações da sociedade civil alertam para a necessidade de monitoramento e avaliação dos impactos ambientais e sociais dos projetos, tanto no momento de sua elaboração, quando ao longo de sua implementação.

Mesmo após a liberação pelo NBD de sua política socioambiental em agosto desse ano, o novo banco continua sendo alvo de críticas. Segundo Juana Kweitel e Srinivas Krishnaswamy (2016), o banco dá pouca atenção aos princípios básicos da responsabilidade social, e, apesar de ter sido demandado, não envolveu a sociedade civil no processo de formulação da política socioambiental. Surgem dúvidas quanto à efetividade do conjunto de políticas para evitar violações, já que se baseia em princípios abstratos e privilegia os sistemas nacionais dos países receptores.

5. Referências bibliográficas

BORGES, Caio; QUEK, Calvin; ROZA, Gonzalo. **The New Way Forward For BRICS Bank: Groups call for openness and commitment to sustainability**. Coalition for Human Rights in Development. 21 jul. 2016. Disponível em: <http://rightsindevelopment.org/wp-content/uploads/2016/07/AGM-release.pdf>. Acesso em: 21 set. 2016.

BORGES, Caio; WAISBICH, Laura Trajber. **The BRICS' New Development Bank and the integration of human rights into development cooperation: a new era or more of the same?** Heinrich Böll Stiftung North America. 29 out. 2014. Disponível em: <https://us.boell.org/2014/10/29/brics-new-development-bank-and-integration-human-rights-development-cooperation-new-era>. Acesso em: 25 set. 2016.

BORGES, Caio; KRISHNASWAM, Srinivas; ROZA, Gonzalo. **Civil Society Groups Express Great Concern Over BRICS Bank. Call for transparency and robust social and environmental protections. Coalition for Human Rights in Development.** 12 abr. 2016. Disponível em: <http://rightsindevelopment.org/wp-content/uploads/2016/04/BRICS-NDB-Release-4.12.16.pdf>. Acesso em: 21 set. 2016.

CALS; CONECTAS; VASHUDA FOUNDATION. **Letter to BRICS new development bank.** Coalition for Human Rights in Development. 30 nov. 2015. Disponível em: http://rightsindevelopment.org/?page_id=4013. Acesso em: 21 set. 2016.

CEBDS (Centro Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável). **Sustentabilidade em ação: títulos verdes.** 17 out. 2016. Disponível em: <http://cebds.org/sustentabilidade-em-acao-titulos-verdes/#.WD8WddlrLIU>. Acesso em: 30 nov., 2016.

CHAVKIN, Sasha. **Debate surrounds world bank's new safeguards rules.** ICIJ. 2 ago. 2016. Disponível em: <https://www.icij.org/blog/2016/08/debate-surrounds-world-banks-proposed-new-safeguards-rules>. Acesso em: 29 set. 2016.

CIEL. **CIEL prepares analysis of the Asian Development Bank's proposed "Country Systems Strategy" for civil society consultations on the ADB's proposed "Safeguard Policy Statement.** Nov. 2008. Disponível em: <http://www.ciel.org/news/ciel-prepares-analysis-of-the-asian-development-banks-proposed-country-systems-strategy-for-civil-society-consultations-on-the-adbs-proposed-safeguard-policy-statement/>. Acesso em 20 set. 2016.

CONECTAS et al. **O Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS: Quatro princípios para que o NBD realmente seja novo.** Coalition for Human Rights in Development. 8 jul. 2015. Disponível em: <http://rightsindevelopment.org/wp-content/uploads/2015/08/BRICS-Carta-Cupula-PT1.pdf>. Acesso em: 21 set. 2016.

CONECTAS. **NDB: Overview of the first year.** 26/jul/2016. Disponível em: <http://www.conectas.org/en/actions/business-and-human-rights/news/45782-ndb-overview-of-the-first-year>. Acesso em: 1 dec., 2016.

DANI, Anis; FREEMAN, Ade; THOMAS, Vinod. **Evaluative Directions for the World Bank Group's Safeguards and Sustainability Policies.** World Bank, 2011.

DE RENZIO, Paolo; GOMES, Geovana; ASSUNÇÃO, Manaíra. **O Banco de Desenvolvimento dos BRICS: Revolução ou Ilusão?** BRICS Monitor, BRICS Policy Center. Maio/2013. Disponível em: <http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/5999/doc/1274825209.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2016.

FAURE, Raphaëlle; PRIZZON, Annalisa; ROGERSON, Andrew. **Multilateral Development Banks A short guide.** Overseas Development Institute. Dec., 2015. Disponível em: <https://www.shareweb.ch/site/Multilateral-Institutions/Documents/Short%20guide%20to%20multilateral%20development%20banks.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.

HUMPHREY, Chris. **The problem with development banks' environmental and social safeguards.** Overseas Development Institute: Articles and Blogs. 14 abr. 2016. Disponível em: <https://www.odi.org/comment/10379-problem-development-banks-environmental-social-safeguards-mdbs>. Acesso em: 20 set. 2016.

HUMPHREY, Chris; GRIFFITH-JONES, Stephany; XU, Jiajun; CAREY, Richard; PRIZZON, Annalisa. **Multilateral development banks in the 21st century: three perspectives on China and the Asian Infrastructure Investment Bank.** ODI Working Paper. Dec. 2015. Disponível em: <https://www.odi.org/publications/10159-multilateral-development-banks-21st-century-three-perspectives-china-asian-infrastructure-investment-bank>. Acesso em 30 nov. 2016.

KHARAS, H. **The post-2015 Agenda and the evolution of the World Bank Group. Global Economy and Development.** Working Paper 92. Washington DC: Brookings Institution, 2015. Disponível em: <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/07/Kharas-WBG-evolution-and-post2015-agenda-2.pdf>. Acesso em: 30 nov 2016.

KHARAS, Homi; PRIZZON, Annalisa; ROGERSON, Andrew. **Financing the post-2015 Sustainable Development Goals: A rough roadmap.** Overseas Development Institute, 2014. Disponível em: <https://www.odi.org/sites/odi>.

Os BRICS e o Novo Banco de Desenvolvimento

org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/9374.pdf. Acesso em 30 nov. 2016.

KWEITEL, Juana; KRISHNASWAMY, Srinivas. **Sustentabilidade e o Banco dos BRICS**. China Dialogue, 21 out./2016. Disponível em: <http://www.conectas.org/pt/acoes/empresas-e-direitos-humanos/noticia/46900-sustentabilidade-e-o-banco-dos-brics>. Acesso em: 1 dec. 2016.

MATTOS, Beatriz; ROSA, Julia. **RADAR Socioambiental, n. 4**. Plataforma Socioambiental. BRICS Policy Center: Julho, 2016.

NEW DEVELOPMENT BANK. **Environment and Social Framework**. 30 ago. 2016. Disponível em: <http://ndb.int/pdf/ndb-environment-social-framework-20160330.pdf>. Acesso em: 25 set. 2016.

OGIER, Thierry. **BRICS Bank carves 100% green niche with first loan rollout**. Global Capital. Oct, 2016. Disponível em: <http://www.globalcapital.com/article/zwmhsx7760t2/brics-bank-carves-100-green-niche-with-first-loan-rollout>. Acesso em 30 nov 2016.

PATRANOBIS, Sutirtho. **Canara Bank gets first loan from BRICS bank for renewable energy**. Hindustan Times, 17 abr. 2016. Disponível em: <http://www.hindustantimes.com/business/canara-bank-gets-first-loan-from-brics-bank-for-renewable-energy/story-XEoPChUECSfjLpKzkDeO3M.html>. Acesso em: 6 out. 2016.

PTI. **ICICI Bank signs MoU with BRICS Grouping-promoted New Development Bank**. The Economic Times, Mumbai, may 2016. Disponível em: <http://economictimes.indiatimes.com/industry/banking/finance/banking/icici-bank-signs-mou-with-brics-grouping-promoted-new-development-bank/articleshow/52135535.cms>. Acesso em 30 nov 2016.

ROSIEN, Jessica. **Understanding the Asian Development Bank's Safeguard Policy: What protections does the Bank's new Safeguard Policy provide for communities and the environment?** OXFAM Australia. 2010. Disponível em: <https://www.oxfam.org.au/wp-content/uploads/2011/08/OAus-ADBSafeguards-0610.pdf>. Acesso em: 25 set. 2016.

SANTOS, Lean Alfred. **AiIB releases draft environmental and social safeguards, opens consultations**. Devex. 16 set. 2015. Disponível em: <https://www.devex.com/news/aiib-releases-draft-environmental-and-social-safeguards-opens-consultations-86924>. Acesso em: 29 set. 2016.

SANTOS, Lean Alfred. **Maasdorp on BRICS bank's 'openness' and unique place in the MDB world**. Devex. 4 jul. 2016. Disponível em: <https://www.devex.com/news/maasdorp-on-brics-bank-s-openness-and-unique-place-in-the-mdb-world-88374>. Acesso em: 20 set. 2016.

SCHABLITZKI, Jan. **The BRICS Development Bank: A New Tool for South-South Cooperation?** BPC Policy Brief, v.5, n. 1. BRICS Policy Center. Dec. 2014. Disponível em: <http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/6765/doc/386811845.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2016.

SHENGDUN, Hua. **AiIB looks to be efficient, 'green'**. China Daily in Washington. 20 abril 2015. Disponível em: http://usa.chinadaily.com.cn/us/2015-04/20/content_20476271.htm. Acesso em: 30 nov 2016.

SPUTNIK. **The success of the first "green bonds" issued by the BRICS New Development Bank (NDB) in China gives grounds for a return to the Chinese market to issue more bonds, NDB Vice President Zhu Xian told Sputnik on Thursday**. Sputnik International, Vladivostok. 01 set., 2016. Disponível em: <http://sptnkne.ws/cRr6>. Acesso em: 30 nov., 2016.

STERN, Nicolas; STIGLITZ, Joseph. **An International Development Bank for Fostering South-South Investment: Promoting the New Industrial Revolution, Managing Risk and Rebalancing Global Savings**. Unpublished paper, London and New York, September, 2011.

WORLD BANK. **World Bank Board Approves New Environmental and Social Framework**. Washington, 4 ago. 2016. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/news/press-release/2016/08/04/world-bank-board-approves-new-environmental-and-social-framework>. Acesso em: 22 set. 2016.

YIYAO, Wu. **BRICS bank issues RMB green bonds**. China Daily Europe. 20 julho 2016. Disponível em: http://europe.chinadaily.com.cn/business/2016-07/20/content_26151024.htm. Acesso em 30 nov. 2016.

Sobre os Autores

Paulo Esteves possui graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1993), mestrado (1995) e Doutorado (2003) em Ciência Política pelo IUPERJ. Em 2008 realizou pós-doutorado na Universidade de Copenhague. É Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Coordenador Geral do Centro de Estudos e Pesquisas - BRICS. Organizou, em 2004, o livro “Instituições Internacionais: segurança, comércio e integração”; e, em 2010, publicou o livro “A Convergência entre Práticas Humanitárias e Segurança Internacional”; pela editora Del Rey/FUNAG. Nesse período, publicou ainda uma série de artigos e capítulos de livro nas áreas de segurança internacional, proteção humanitária e, desenvolvimento internacional. Possui experiência como consultor do Programas das Nações Unidas para o Desenvolvimento e do ECOSOC. Atuou como coordenador de Relações Internacionais do Governo do Estado de Minas Gerais entre 2004 e 2005. Foi consultor do CNPq e da CAPES em diversas ocasiões e é membro do conselho editorial de publicações como a International Political Sociology e a Revista Contexto Internacional. É sócio-fundador da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) da qual foi diretor entre 2005 e 2009 e presidente entre 2011 e 2014. No momento, realiza pesquisas em três áreas: (i) convergência dos campos de segurança internacional, proteção humanitária e desenvolvimento, (ii) desenvolvimento internacional com ênfase em cooperação sul-sul e agenda 2030, e, (iii) potências emergentes.

Geovana Zoccal Gomes é doutoranda em Relações Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Mestre em Relações Internacionais pelo mesmo instituto. Graduiu-se também em Relações Internacionais, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Atualmente leciona a disciplina Prática Profissional em Cooperação Internacional como parte do estágio docente do programa de doutorado. Também é pesquisadora do Grupo de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento do BRICS Policy Center. Foi pesquisadora do projeto “Brazilian South-South Cooperation and the BRICS: Changing Strategies in Africa”. Trabalha em pesquisa na área de cooperação internacional para o desenvolvimento, com ênfase nas novas alternativas articuladas por países do Sul Global, como a Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento ou os novos bancos multilaterais de desenvolvimento.

Gabriel Torres é estudante de graduação em Relações Internacionais pelo pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e estagiário na Plataforma Socioambiental, pesquisando sobre o Novo Banco de Desenvolvimento.



BRICS Policy Center Centro de Estudos e Pesquisas - BRICS

Rua Dona Mariana, 63 - Botafogo - Rio de Janeiro/RJ
Telefone: (21) 2535-0447 / CEP/ZIP CODE: 22280-020
www.bricspolicycenter.org / bpc@bricspolicycenter.org

